

A produção do conhecimento em Serviço Social na educação: análise dos artigos publicados na revista *serviço social & sociedade* (1979-2019)

Ingrid Barbosa Silva*
Adriana Freire Pereira Ferriz**
Eliana Bolorino Canteiro Martins***

RESUMO: O artigo apresenta o resultado da pesquisa documental sobre a produção do conhecimento referente ao tema: Serviço Social e Educação, destacando a inserção e trabalho de assistentes sociais na política de educação brasileira, a partir dos artigos publicados na Revista *Serviço Social & Sociedade*, desde a primeira edição (1979) até 2019, sedimentada na perspectiva crítica. Identificamos que 22% dos artigos tratam sobre a inserção e o trabalho do assistente social na educação, considerando a significativa contribuição desta Revista, ao longo de 40 anos da sua existência, constata-se reduzida a reflexão sobre a temática em voga, pela categoria profissional.

PALAVRAS-CHAVE: serviço social e educação; produção do conhecimento; revista *serviço social & sociedade*.

The production of knowledge in social work in education: analysis of the articles published in the magazine *serviço social & sociedade* (1979-2019)

ABSTRACT: The article presents the result of documentary research on the production of knowledge related to the theme: Social Work and Education, highlighting the insertion and work of social workers in Brazilian education policy, based on the articles published in the *Social Work & Society Magazine*, first edition (1979) until 2019, based on the critical perspective. We identified that 22% of the articles deal with the insertion and the work of the social worker in education, considering the significant contribution of this Journal, over the 40 years of its existence, it was found and reduced the reflection on the theme in vogue, by category professional.

KEYWORDS: social work; education; knowledge production; the *social work & society*

* Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe. Integrante do grupo de estudo e pesquisa sobre o Serviço Social na Área da Educação - GEPESSe vinculado a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos, Formação em Serviço Social e Políticas Sociais - GEPSSO da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

** Doutora em Sociologia. Docente do curso de graduação e Pós-Graduação em Serviço Social Universidade Federal da Bahia.

*** Doutora em Serviço Social. Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq- nível 2. Docente do curso graduação e Pós-Graduação em Serviço Social Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Campus de Franca.

magazine.



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-~~NãoComercial~~ 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

Introdução

Para iniciar a reflexão sobre a produção do conhecimento em Serviço Social na Educação a partir da produção do conhecimento nos artigos compilados na revista *Serviço Social & Sociedade*, faz-se necessário situar a trajetória histórica da referida revista, publicada pela Editora Cortez. Somente desta forma será possível a compreensão da inserção do referido periódico e sua extrema relevância na profissão do Serviço Social.

Conforme descrito aos leitores, no editorial da apresentação da primeira revista (setembro de 1979), as características essenciais da revista, que perduram até o presente momento histórico, são o pluralismo e a crítica democrática.

Do editorial desta revista destacamos o seguinte trecho:

A revista Serviço Social & Sociedade nasceu do diálogo mantido entre a Cortez Editora e um grupo de assistentes sociais, professores da PUC-SP, num contexto em que publicar livros e revistas na área configurava-se, antes de tudo, desafio político de largo alcance, uma vez que repensar o Serviço Social demandava repensar o país como um todo (EDITORIAL, 1979, p. 03).

Foi justamente em 1979, no contexto político-econômico social de efervescência da transição da ditadura militar para a redemocratização do Brasil, que surgiu a publicação do primeiro número da referida revista, coincidindo com um acontecimento de extrema relevância para o Serviço Social brasileiro: o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), denominado *Congresso da Virada*. Esse congresso foi um “marco no processo de politização e mobilização de profissionais e estudantes de Serviço Social e na reativação das entidades sindicais em todo país” (YAZBEK et al, 2008, p. 21).

O periódico expressa o movimento da profissão do Serviço Social no Brasil, principalmente o “processo de intenção de ruptura”, com suas origens conservadoras e a evolução dos seus avanços teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos, registrando a densidade teórica-crítica com a qual os autores/assistentes sociais abordam a formação e o exercício profissional, sempre sintonizados com as transformações que vêm

ocorrendo no processo histórico da sociedade brasileira.

A revista tem como público os profissionais – assistentes sociais, docentes, discentes, tanto de graduação como de pós-graduação, e outros profissionais de áreas afins, promovendo um intercâmbio de conhecimentos que possibilita a conexão com o tempo presente tanto em relação aos meandros estruturais e conjunturais da sociedade brasileira (também latino-americana e até mesmo mundial), como o posicionamento profissional referente a questões polêmicas presentes na sociabilidade capitalista, com suas particularidades na sociedade brasileira, tendo como pressuposto a vertente crítica-dialética.

A revista nº 61, de novembro de 1999, quando foi comemorado os 20 anos de sua existência, traz um artigo da Dra. Maria Ozanira da Silva e Silva, que descreve as contribuições da revista para a construção do Serviço Social brasileiro, apresentando o resultado da pesquisa documental realizada nas revistas do número 01 ao 60 (1979 a 1999), brindando a categoria com uma exaustiva reflexão sobre a significativa densidade teórica dos artigos que a publicação periódica desta revista (três números anualmente) oferece à construção do Serviço Social, de forma particular ao brasileiro.

Em 2009, a revista *Serviço Social & Sociedade* de número 100 trouxe a temática *Congresso da Virada e os 30 anos da Revista*, e também nessa edição novamente a Dra. Maria Ozanira da Silva e Silva apresentou a análise da produção da mesma revista com pesquisa documental referente aos 99 números da mencionada revista (1979-2009), sendo que o artigo possui o seguinte título: *Trinta anos da revista Serviço Social e Sociedade - contribuições para a construção e o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil*.

Consideramos imprescindível reafirmar as contribuições da revista para a construção do Serviço Social brasileiro, conforme indica Silva e Silva (2009). Mesmo sendo longa a citação, é essencial, pois destaca as várias contribuições, conforme segue:

A laicização e a difusão da produção científica do Serviço Social, num processo de articulação entre os caminhos da revista e o Serviço Social e, deste, com os diferentes momentos conjunturais vivenciados pelos assistentes sociais na sociedade brasileira; a divulgação e reconstrução da teoria de referência; para a formação profissional em nível graduação, pós-graduação e formação continuada; para a instrumentalização metodológica dos profissionais; para inserção nos espaços profissionais, quer nas instituições, quer nos movimentos sociais; a assistência social transformar-se em política pública, divulgando ideias e oferecendo suporte para o forte movimento dos assistentes sociais nesse âmbito; antecipando tendências e sendo sensível a temáticas emergentes e polarizadoras; compreensão do movimento estrutural e conjuntural da sociedade brasileira, ao oferecer suporte para inserção consciente e crítica de assistentes sociais no movimento histórico, colocando temas emergentes, avanços teóricos e seus impactos no campo do trabalho social; visibilidade do Serviço Social brasileiro no contexto latino-americano; para o fortalecimento dos centros de formação a nível de graduação e pós-

graduação, constituindo-se em espaço importante para a divulgação das produções desses centros; criar opinião sobre questões mais gerais da sociedade e, particularmente, para questões específicas e relevantes para o Serviço Social; instiga e estimula os assistentes sociais que estão na prática interventiva, por se constituir em fonte de informação e de formação; apoia e incentiva a organização dos assistentes sociais e as entidades representativas do Serviço Social no Brasil e na América Latina e, desenvolve importante contribuição na mediação interna, no interior do Serviço Social, e entre o Serviço Social e áreas afins do conhecimento (SILVA E SILVA, 2009, p. 644).

Esse preâmbulo justifica o interesse em realizar a pesquisa documental nos exemplares da revista *Serviço Social & Sociedade* referentes ao período de 1979 a 2019, tendo como objeto de pesquisa os artigos que tratam sobre a temática *Educação e a interface com o Serviço Social*, considerando relevante para a categoria profissional e especialmente para os assistentes sociais que atuam nesta política social.

Ressaltamos a metodologia utilizada destacando inicialmente que está fundamentada na teoria social crítica, conferindo análises críticas às reflexões, apesar dos limites do texto. Conforme indicado anteriormente, o tema específico se constitui no Serviço Social na Educação e o recorte temporal (1979-2019) abrange todos os periódicos da revista até o momento atual.

A realização da pesquisa documental em todas as edições da revista *Serviço Social & Sociedade*, traduz o interesse de socializar a produção do conhecimento sobre a temática Serviço Social na Educação, pertinente ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação (GEPESSE), inscrito no diretório do CNPq desde 2010. Ressaltamos que o referido grupo de pesquisa traz uma particularidade: ser interinstitucional, congregando a Universidade Estadual Paulista (UNESP/Campus de Franca-SP), de onde se originou, incluindo também a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA).

De forma sucinta, o artigo abordará uma breve aproximação do Serviço Social na educação e as análises sobre os artigos publicados na revista já mencionada.

Serviço Social na educação: aproximações

Iniciamos essa discussão afirmando e defendendo que o significado de educação e toda a discussão em torno dela está baseada na sua compreensão como totalidade histórica, em seu sentido mais amplo, para além da política pública, ou seja, que envolva:

Os processos socioinstitucionais, as relações sociais, familiares e comunitárias que fundam uma educação cidadã, articuladora de diferentes dimensões da vida social e construtiva de novas formas de sociabilidade, nos quais o acesso aos direitos sociais e o reconhecimento e efetivação dos direitos humanos são cruciais (ALMEIDA; RODRIGUES, 2012, p. 96).

Portanto, pensar em educação na contemporaneidade é posicionar-se na defensiva de uma ampliação de acesso a essa política, do enfrentamento às desigualdades sociais, da articulação com os movimentos sociais e das categorias profissionais em prol da construção e do fortalecimento de um projeto societário contrário ao vigente.

A atual fase do capitalismo brasileiro impacta nas políticas sociais que estão imersas e dominadas pelos ditames do neoliberalismo, que inviabilizadas de sua ampla e concreta efetivação, explicitam o resultado de todo o movimento do capital em desfavorecer a classe trabalhadora, atacar os direitos sociais e intensificar o antagonismo entre as classes sociais. De modo geral, o que vem acontecendo na atualidade é um aprofundamento da crise estrutural do capital ancorado numa intensificação expressiva das contradições sociais, o que reflete diretamente na arquitetura da política de educação em seus variados níveis.

Inserido e partícipe dessa complexa e dinâmica conjuntura, a inserção do Serviço Social – profissão que se gesta e se desenvolve reconhecida na divisão social do trabalho – não é recente na política de educação. Desde a origem dos processos sócio-históricos constitutivos da profissão e do surgimento das primeiras escolas de Serviço Social no Brasil, a presença de assistentes sociais na área educacional já era pertinente, desenvolvendo ações atreladas à assistência escolar, à educação para higiene escolar, à adaptação e à adequação dos estudantes às regras e normativas da escola, ou seja, esteve relacionada ao ajuste dos indivíduos à sociedade como parte de um processo de requisições da classe dominante a partir do padrão de reprodução do capital. Conforme afirma o CFESS (2013, p. 16):

As demandas apresentadas aos/as assistentes sociais em relação à educação nunca estiveram limitadas a uma inserção restrita aos estabelecimentos educacionais tradicionais, sendo acionadas também a partir das instituições do poder judiciário, das empresas, das instituições de qualificação da força de trabalho juvenil e adulta, pelos movimentos sociais, entre outras, envolvendo tanto o campo da educação formal como as práticas no campo da educação popular.

No entanto, a partir de 1988, com a promulgação da Constituição Federal e diante dos diversos processos de avanços e amadurecimento do projeto ético-político profissional, se tornou visível a inserção mais avançada do Serviço Social na área da educação, sobretudo pelo aumento do número de produções nos congressos, encontros e seminários no final da década de 1990. A soma de todo esse processo a partir do seu acúmulo teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político, possibilitou uma ampliação do mercado de trabalho a partir do processo de descentralização das políticas sociais, que, de acordo com Férriz e Barbosa (2019), impulsionou programas e projetos na educação para o enfrentamento da evasão escolar para além

do atendimento às diversas expressões da “questão social”¹ que permeiam as possibilidades de ingresso, permanência e sucesso dos estudantes no espaço escolar.

A inserção dos/as assistentes sociais na política de educação torna-se necessária principalmente face à possibilidade de atuar na análise crítica das diversas expressões da questão social no espaço educacional. Por isso, explicar a importância do Serviço Social na educação é refletir sobre o trabalho profissional do assistente social nesta política social, relacionando os objetivos da sua atuação com princípios, competências e atribuições profissionais ao responder as demandas dos usuários da política de educação, abrangendo todos os atores da comunidade escolar, sendo: estudantes, famílias, docentes e funcionários da escola, articulando a unidade escolar a seu território.

Desse modo, para pensar o Serviço Social e educação é necessário compreender as requisições que são postas a esses profissionais, ainda “diante de um cenário em que a realidade local se encontra cada vez mais imbricada com a dinâmica de mundialização do capital” (CFESS, 2011, p. 25). De acordo com o documento elaborado pelo conjunto CFESS/CRESS (2011), os fenômenos que incidem sobre as requisições de atuação do assistente social na educação, são:

Os discursos e as práticas de valorização de uma educação inclusiva e as consequentes demandas de articulação com as instituições e serviços assistenciais; o processo de descentralização da educação básica e a maior autonomia da esfera municipal no desenvolvimento de programas de ampliação do acesso e garantia de permanência na educação escolarizada; a ampliação e a interiorização da rede de Institutos de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia e as demandas por programas e ações de assistência estudantil; a expansão do setor privado de educação e a demanda por ações de assistência estudantil e de trabalho comunitário como forma de justificar a isenção de impostos; a aprovação da Política Nacional de Assistência Estudantil e a ampliação das formas de acesso à educação superior pública; a afirmação do direito à educação de largos contingentes populacionais que se encontravam fora da escola e o acionamento de diferentes instituições do Poder Judiciário e do Executivo para assegurar e acompanhar as condições de acesso a esse direito; a organização de programas de qualificação e de conclusão da educação escolarizada de jovens com forte caráter compensatório; a expansão dual da rede de educação infantil (pública e comunitária) com recursos públicos e as requisições de gerenciamento da desproporcionalidade entre oferta e demanda de vagas; o aumento das ações e programas sociais dirigidos às famílias e das demandas de sua

¹ A concepção de “questão-social” não é homogênea dentro do Serviço Social, todavia, a maioria dos autores com perspectivas marxistas concordam que “a expressão [questão social] surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no ultimo quartel do século XVIII: trata-se do fenômeno do pauperismo. Com efeito, a pauperização (neste caso, absoluta) massiva da população trabalhadora constituiu o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio concorrencial e não por acaso engendrou uma copiosa documentação [...] pela primeira vez na história a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (NETTO, 2001, p. 42).

operacionalização no âmbito das organizações não governamentais que atuam no campo educacional; a disseminação de programas e projetos sociais que articulam educação, esporte e cultura como forma de “exercício da cidadania” e ampliam as ações de cunho educativo em articulação como o tempo e espaço escolar (CFESS, 2011, p. 25-26).

A categoria profissional de assistentes sociais passa a se articular, ganhando destaque as discussões sobre a área da educação, especialmente pelo conjunto CFESS-CRESS, o que deflagrou na organização das *Comissões Temáticas de Educação* nos CRESS e principalmente nos encontros nacionais organizados pelos referidos órgãos representativos da categoria profissional dos assistentes sociais. Todos os referidos encontros tiveram como objetivo principal aprofundar o debate sobre a importância da inserção do/a assistente social no âmbito da política de educação. Os objetivos propostos nas reflexões destas comissões perpassam desde a luta pela efetivação do direito à educação e permanência estudantil, como também discussões sobre os projetos de lei e as legislações existentes a respeito do Serviço Social na educação e até sobre o mapeamento desses profissionais no Brasil, através de uma ficha de identificação com o intuito de mapear quais são os níveis e/ou modalidades de ensino que os/as assistentes sociais estão inseridos (CFESS, 2011).

Como resultados referentes ao nível/modalidades da política educacional, foram identificados a presença de assistentes sociais atuando em diferentes espaços sócio-ocupacionais abrangendo os seguintes níveis e modalidades de ensino: educação infantil, ensino fundamental, educação especial, ensino médio, educação de jovens e adultos, educação profissional e tecnológica, educação superior e educação indígena (CFESS, 2011). Atualmente, não há informações que detalhem a inserção dos/das assistentes sociais na educação por nível/modalidade de ensino, mas o documento do CFESS (2011) aponta que a maioria dos profissionais estão inseridos no ensino fundamental.

Vale destacar que a referida pesquisa demonstrou que não existe um consenso entre os profissionais sobre a concepção de educação que orienta seu trabalho profissional. Porém, de acordo com o documento do CFESS (2011), fica evidente que “a tradição teórica, política e profissional no âmbito das políticas sociais contribui para um olhar particular no exame da educação e de seu entrelaçamento com as demais políticas públicas e com os direitos sociais e humanos” (CFESS, 2011, p. 38), estabelecendo assim, uma aproximação importante para a construção do espaço educacional e principalmente possibilitando articulações em prol das lutas defendidas pela categoria profissional.

Após amplo processo de movimentos e lutas, impulsionadas principalmente pelos órgãos representativos da categoria profissional, a Comissão de Educação do CFESS, com

participação de representantes dos CRESS e, contando com a assessoria do Dr. Ney Luiz Teixeira de Almeida (UERJ), elaboraram em 2011 o documento *Subsídios para atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação*. Diante disso, é valido apresentar a atual concepção de educação que as entidades representativas do Serviço Social (ABEPSS/CFESS/CRESS/ENESSO) adotam e defendem nas discussões sobre a educação, sendo:

A concepção de educação em tela não se dissocia das estratégias de luta pela ampliação e consolidação dos direitos sociais e humanos, da constituição de uma seguridade social não formal e restrita, mas constitutiva desse amplo processo de formação de autoconsciência que desvela, denuncia e busca superar as desigualdades sociais que fundam a sociedade do capital e que se agudizam de forma violenta na realidade brasileira. A concepção de emancipação que fundamenta esta concepção de educação para ser realizada depende também da garantia do respeito à diversidade humana, da afirmação incondicional dos direitos humanos, considerando a livre orientação e expressão sexual, livre identidade de gênero, sem as quais não se viabiliza uma educação não sexista, não racista, não homofóbica/lesbofóbica/transfóbica (CFESS, 2013, p. 22).

Ainda referente à pesquisa realizada pelo GT (Grupo de Trabalho) de educação, a particularidade do trabalho dos/as assistentes sociais no Brasil está voltada para os seguintes eixos: 1) garantia do acesso da população a educação formal; 2) garantia da permanência da população nas instituições de educação formal; 3) garantia da qualidade dos serviços prestados no sistema educacional; 4) garantia da gestão democrática e participativa na política de educação; e, 5) o Serviço Social como integrante das equipes multidisciplinares e ou interdisciplinares – nesse caso, a grande maioria das equipes são formadas por pedagogos/as e psicólogos/as (CFESS, 2013).

Desse modo, não podemos deixar de destacar algumas das marcantes expressões da “questão social” que estão presentes no cotidiano educacional brasileiro, sendo que essas se constituem em objeto de intervenção profissional do assistente social. De acordo com a pesquisa referida, foram identificadas as seguintes expressões voltadas para situações sociais e educacionais: “drogas; diferentes manifestações da violência; *bullying*; evasão escolar; ‘dificuldades de aprendizagem’; ‘fracasso escolar’; pobreza e falta de acesso aos serviços sociais” (CFESS, 2011, p. 47). Evidentemente, as manifestações da “questão social” envolvem o atendimento em várias políticas sociais e também demandam a articulação de outros “saberes” na perspectiva da interdisciplinaridade. Constata-se que há demandas de natureza pedagógica e didática, porém, na perspectiva crítica, de totalidade, o social e pedagógico estão imbricados. Vislumbra-se, portanto, a imperiosa necessidade de ampliar os horizontes do conhecimento no universo educacional envolvendo outros profissionais, dentre eles destaca-se o assistente social.

Partindo desses pressupostos, o presente artigo propõe analisar a contribuição da produção do conhecimento sobre o Serviço Social na Educação, compilando os artigos publicados na revista *Serviço Social & Sociedade*.

Análises dos artigos publicados na revista *serviço social & sociedade*

Conforme exposto anteriormente, a primeira aproximação com os artigos da referida revista possibilitou um mapeamento de todos os artigos publicados com o tema Educação e Serviço Social. Do total de 117 (100%) volumes do referido periódico, 31 revistas (26,5%) possuem artigos que tratam da interface educação e Serviço Social, perfazendo um total de 41 artigos.

No quadro abaixo descrevemos a indicação do número da revista, o ano em que foi publicado, a procedência das instituições do autor ou autores dos artigos informados na revista, a ênfase do conteúdo apresentado e, por fim, o tipo de documento, ou seja: entrevista, relato de experiência profissional e ensaio teórico, conforme indicação da própria publicação.

Quadro 01 - Descrições referentes aos artigos da revista *Serviço Social & Sociedade*

REVISTA ANO/Nº	ÊNFASE DO CONTEÚDO	TÍTULO DO ARTIGO	INSTITUIÇÃO DOS AUTORES	TIPO DE DOCUMENTO
1981/06	Formação Profissional do assistente social	Educação de Base: uma proposta	PUC/SP	Entrevista
1984/15	Formação Profissional do assistente social	Proposta metodológica para supervisão em Serviço Social de comunidade	Ponta Grossa/PR	Relato de Experiência
1984/15	Formação Profissional do assistente social	Reflexões sobre o ensino e sua repercussão no SS	UFAL	Ensaio Teórico
1984/15	Formação Profissional do assistente social	Considerações sobre a supervisão em Serviço Social	PUC/SP	Ensaio Teórico
1984/15	Formação Profissional do assistente social	A formação profissional e as exigências do Serviço Social no cotidiano de sua prática	UFE – Sergipe	Ensaio Teórico
1984/15	Formação Profissional do assistente social	Considerações sobre a proposta de normatização do exercício de supervisão e credenciamento de campos de estágio	SP/SP	Ensaio Teórico
1984/15	Serviço Social e	Reflexões sobre as estratégias	Recife/PE	Relato de

	Educação Popular	educativas do Estado e a prática da educação popular		Experiência
1984/15	Formação Profissional do assistente social	O doutorado da PUC/SP, PUC/RJ e PUC/RS: novas perspectivas	PUC/SP	Ensaio Teórico
1984/15	Formação Profissional do assistente social	A formação profissional: questões metodológicas e experiências de estágio	UFPB	Ensaio Teórico
1989/29	Formação Profissional do assistente social	Supervisão de educação: do autoritarismo ingênuo a vontade coletiva	SP/SP	Relato de Experiência
1990/32	Educação em Saúde	O espaço público sócio-político de educação em saúde	Teresina/PI	Ensaio Teórico
1991/36	Educação e Serviço Social	Mau rendimento escolar um enfoque do Serviço Social	SP/SP	Relato de Experiência
1991/37	Educação e Serviço Social	Prática do Serviço Social escolar: uma abordagem interdisciplinar	ULBRA/RS	Relato de Experiência
1991/38	Educação e Serviço Social	Estado, educação e SS: relação e mediação no cotidiano	RS	Relato de Experiência
1994/46	Dimensão Pedagógica do Serviço Social	A questão pedagógica e a hegemonia das classes subalternas – aportes da análise gramsciana.	UFMA	Ensaio Teórico
1996/51	Dimensão Pedagógica do Serviço Social	Participação e educação: o caso das políticas sociais em MG	MG	Ensaio Teórico
1998/57	Política de Educação	Pobreza e educação: o avesso da cidadania	UFRS	Ensaio Teórico
2000/62	Política Educação	Educação e Cidadania (Luiz Eduardo Wanderley)	PUC/SP	Ensaio Teórico
2000/63	Dimensão Pedagógica do Serviço Social	Educação para a sustentabilidade: um pressuposto da participação comunitária na gestão ambiental nas cidades	ONG - Moradia e Cidadania (GO)	Ensaio Teórico
2000/63	Educação e Serviço Social	Educação Pública e Serviço Social	UERJ/RJ	Ensaio Teórico
2004/79	Dimensão Pedagógica do Serviço Social	A dimensão pedagógica do SS: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira	UFMA - MA	Ensaio Teórico
2004/79	Formação Profissional do assistente social	Formação Profissional do assistente social e a consolidação do projeto ético-	UFRN	Ensaio Teórico

		político		
2004/80	Formação Profissional do assistente social	O estágio supervisionado na formação profissional do assistente social: desvelando significados	UNESP Franca	Ensaio Teórico
2008/93	Educação e Serviço Social	Competências profissionais do Assistente Social do SESI a partir dos anos 1990: novos desafios	UNB/DF	Ensaio Teórico
2008/94	Formação Profissional do assistente social	Exame de proficiência e projeto profissional: um debate sobre o futuro do SS	UFRJ	Ensaio Teórico
2008/96	Formação Profissional do assistente social	Educação Superior e Serviço Social: o aprofundamento mercantil da formação profissional a partir de 2003	UFF	Ensaio Teórico
2010/102	Formação Profissional do assistente social	Mercantilização do ensino superior e o Serviço Social brasileiro	UFF	Resenha
2010/103	Formação Profissional do assistente social	A formação profissional crítica em Serviço Social inserida na ordem do capital monopolista	UF Vale do Jequitinhonha e Mucuri – Teófilo Otoni/MG	Ensaio Teórico
2010/104	Formação Profissional do assistente social	A formação Profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância	UFRJ	Ensaio Teórico
2010/104	Formação Profissional do assistente social	Configurações do ensino superior e a formação profissional dos assistentes sociais: desafios para a intervenção	PUC/SP	Ensaio Teórico
2011/106	Formação Profissional do assistente social	A formação profissional dos assistentes sociais em tempos de contrarreformas do ensino superior: o impacto das mais recentes propostas do governo Lula	UERJ	Ensaio Teórico
2012/109	Serviço Social e Educação Popular	Serviço Social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica	UFPB	Ensaio Teórico
2013/113	Educação e Serviço Social	A educação contemporânea, o combate à pobreza e as demandas para o trabalho do	UERJ/RJ	Ensaio Teórico

		assistente social: contribuições para este debate		
2013/114	Serviço Social e Educação Popular	Diálogos entre Serviço Social e educação popular: reflexão baseada em uma experiência científico-popular	UECE - Várias pesquisadoras	Experiência de Pesquisa
2014/117	Política de Educação	Educação e transcendência da autoalienação do trabalho	UFSC	Resenha
2014/120	Formação Profissional do assistente social	A formação acadêmico-profissional no SS brasileiro	UFRJ	Ensaio Teórico
2015/121	Educação e Serviço Social	Dimensões históricas das relações entre Educação e Serviço Social: elementos para uma revisão crítica	UF Vale dos Sinos	Ensaio Teórico
2015/122	Educação e Serviço Social	Educação, neodesenvolvimentismo e Serviço Social: os IFs em questão	IFCE	Relato de Experiência
2016/125	Formação Profissional do assistente social	Caminhos da formação: os desafios da supervisão de estágio no curso de SS de Miracema do Tocantins.	UFT	Relato de Experiência
2017/129	Educação e Serviço Social	A trajetória da Assistência Estudantil na Educação Superior no Brasil.	UnB	Artigo
2017/129	Educação e Serviço Social	Perfil dos Assistentes Sociais dos Institutos de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil.	UFES	Artigo
2019/134	Serviço Social e Educação Popular	Paulo Freire e a educação popular na história do Serviço Social brasileiro (1980-2010)	Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais em João Pessoa-PB	Ensaio Teórico

Fonte: Pesquisa realizada pelas autoras, 2019

Considerando os 41 (100%) artigos publicados, os distribuímos de acordo com a ênfase dos conteúdos, ficando da seguinte forma:

- Formação profissional do Assistente Social: 48,9%;
- Educação e Serviço Social: 22%;
- Dimensão pedagógica do Serviço Social: 9,7%;

- Política de Educação: 9,7%;
- Serviço Social e Educação Popular: 7,3%;
- Educação em Saúde: 2,4%.

Interpretando os dados em relação à periodicidade da incidência de artigos sobre o tema em voga, temos a seguinte distribuição organizada por décadas: na década de 1980 há 10 artigos (24,5%), sendo que 09 estão inclusos na mesma revista; a década de 1990 possui 07 artigos (17%) e por fim, no período correspondente à década de 2000 há uma ampliação de artigos referentes à interface do Serviço Social com a educação, perfazendo 24 artigos, portanto, 58,5%.

A ampliação da produção do conhecimento nos anos 2000 coincide com as profundas mudanças que vêm ocorrendo nas políticas públicas nos últimos anos, provocadas pelo agravamento da crise do capital, de forma particular na política de educação escolarizada, com destaque para ações de expansão, sendo essa uma das estratégias do capital para preparar funcional e ideologicamente os trabalhadores de forma coerente com o processo flexibilizado que o mercado de trabalho vem se definindo nesse “novo” momento e com o intuito de manter a acumulação capitalista. Certamente há uma intensificação das requisições para o Serviço Social, que segundo Almeida (CFESS, 2001), estão relacionadas aos fatores socioeducacionais que dificultam ou impedem os estudantes de vivenciarem o processo educativo como direito subjetivo. Assim, ocorre uma ampliação da inserção dos assistentes sociais em diferentes níveis e modalidades de ensino, tendo como principal requisição a atuação “em programas e projetos (governamentais ou não) voltados para a garantia do acesso e da permanência na educação escolarizada” (CFESS, 2011, p. 51).

Retomando a análise em relação às categorias teóricas que contemplam os conteúdos, constata-se que a **formação profissional do assistente social** (48,9%) é um tema recorrente ao longo do tempo, aparecendo em diversos momentos históricos, confirmado que pesquisar e analisar os determinantes da educação superior no Brasil, que incide sobre a graduação e pós-graduação do Serviço Social e também as questões endógenas à profissão, é uma marca dessa categoria profissional. É importante salientar a presença do debate sobre o estágio supervisionado em Serviço Social, demonstrando a transversalidade do mesmo no processo formativo dos assistentes sociais.

O expressivo número de artigos que se referem à formação profissional do assistente social em diferentes perspectivas é um indicativo do quanto a categoria profissional se debruça sobre essa temática certamente por vislumbrar a importância da formação profissional coerente com os princípios éticos-políticos da profissão e também a necessidade de sintonizar a formação

profissional com a conjuntura política, econômica, social e cultural do país, considerando a natureza da profissão extremamente relacionada com a conjuntura.

A reflexão sobre a **dimensão pedagógica do Serviço Social** (9,7%) nas revistas é inaugurada pelos estudos/pesquisas de Marina Maciel Abreu (UFMA) e outras profissionais da mesma instituição. De acordo com Almeida (CFESS, 2011):

A dimensão política pedagógica da ação profissional do assistente social o inscreve no âmbito dos processos de hegemonia, no estabelecimento de consensos necessários a reprodução do modo de vida próprio à sociedade do capital, mas a partir de condições objetivas inscritas na dinâmica institucional sob à forma de serviço sociais (CFESS, 2011, p. 125).

Essa temática é abordada por um dos artigos que traz o pensamento gramsciano com densidade teórica e rigor analítico, oferecendo um referencial teórico essencial para compreender “o nexo orgânico e dialético entre ideologia (saber) e relações de forças (poder) no processo de construção da hegemonia das classes subalternas que é perpassado, em toda sua extensão, pela prática pedagógica” (ABREU, 1996, p. 74).

Na categoria **política de educação** (9,7%), dentre eles destaca-se o artigo apresentado no início da década de 1990, que traz a relação entre pobreza e educação, já antecipando os impactos do ideário neoliberal na política de educação que passa a ter como alvo o combate à pobreza, trazendo para essa política a perspectiva da seletividade opondo-se à natureza universal da mesma. Foi justamente nesse contexto que a educação adquiriu centralidade, sendo considerada como um dos principais instrumentos de superação da miséria e do desemprego. O artigo traz interessante debate sobre as representações de pobreza que perpassam a mentalidade coletiva no transcorrer da história moderna.

Em relação à ênfase ao **Serviço Social e educação popular** (9,7%), os três artigos sobre Educação Popular estão inseridos nas revistas referentes aos anos de 2012, 2013 e 2019. Podemos considerar essas publicações recentes, ficando as seguintes indagações: por que é tão restrito o debate sobre educação popular, sendo essa tão importante para o Serviço Social? E completando, por que aparece tão tarde, apenas na década dos anos 2000? Acredita-se que é preciso investigar qual tem sido a incidência desse debate no Serviço Social diante do fato de não estar presente na revista *Serviço Social & Sociedade*, uma expressão singular para o Serviço Social, principalmente brasileiro.

O eixo que pretendemos destacar trata sobre **educação e Serviço Social**, que é representada por 22% dos artigos, e traz os seguintes dados: década de 1990, 03 artigos e anos 2000, com 07 artigos.

De maneira geral, os artigos apresentados na década de 1990 trazem experiências

profissionais dos assistentes sociais relacionadas à educação escolarizada focando nos seguintes assuntos:

- A questão do rendimento escolar, porém a atuação profissional é circunscrita no âmbito hospitalar com crianças internadas e que efetivam o regime domiciliar de educação;
- A experiência em uma escola regular de ensino em que o Serviço Social fomentava na escola e na equipe a conquista de um processo educacional que envolvesse a comunidade escolar como um todo, incluindo ações com o entorno social da referida unidade escolar;
- Trata também de uma experiência do Serviço Social em uma escola pública. A autora do artigo expressa o seu posicionamento em relação à escola e também ao Serviço Social, da seguinte forma:

A escola, assim como o Serviço Social, embora constituída para servir aos interesses do capital, não reproduz monoliticamente necessidades exclusivas da capital; também dá respostas às necessidades e interesses da classe dominada. Assim, acreditamos em reais possibilidades de uma prática escolar e do Serviço Social comprometida com a transformação das relações sociais vigentes de poder e dominação (CAMARDELO, 1994, p. 152).

Em relação aos artigos publicados nos anos 2000, que somam 07 artigos, portanto, a maioria, também iremos fazer alguns destaques em ordem cronológica. O primeiro artigo trata sobre a vinculação entre educação e trabalho, destacando as demandas presentes nesta relação e as tendências que conformam a requisição do trabalho do assistente social na educação, tais como:

- Ações e programas de cunho assistencial que atravessam a política da educação em diferentes níveis e instâncias ou que são articuladas tomando-a como referência. Exemplo: Programa de Renda Mínima;
- Alterações sofridas no campo educacional em razão da vinculação da escola ao processo produtivo;
- O fato de a educação ainda não ter se transformado em direito – terreno de conflitos sociais, na mediação histórica e socialmente produzidas das demandas sociais protagonizadas pela população, organizações e das ofertas institucionais de certos serviços sociais que o assistente social é chamado a intervir.

Retrata as demandas requisitadas aos assistentes sociais que atuam no âmbito da política de educação, sendo uma referência para reflexão dos limites e possibilidades que estão presentes neste espaço sócio-ocupacional, para que os profissionais possam identificar estratégias para ir além da demanda institucional e conseguir efetivar as demandas

profissionais².

O segundo artigo chama a atenção para questões pertinentes ao exercício profissional, referentes à extrema necessidade de imprimir a dimensão teleológica que impulsione o assistente social a responder as reais demandas da classe trabalhadora. Alerta ainda sobre o fato de perceber que a racionalidade formal abstrata impera nesse referido espaço sócio-ocupacional em detrimento da razão lógica dialética. Essa situação é de extrema complexidade e merece atenção de todos os profissionais, principalmente considerando-se o momento histórico.

No terceiro, é discutido com profundidade teórica a “complexa relação entre a educação como política pública e a vinculação do Serviço Social a ela, em especial, sua integração à escola pública, neste momento de crise do capital” (LESSA, 2013, p. 106). A questão é extremamente relevante e condizente com o debate da categoria profissional, mobilizada principalmente pelo conjunto CFESS/CRESS, sintonizado com a conjuntura atual de expansão do acesso à política educacional certamente direcionada aos interesses do capital, pois apesar de ser um espaço contraditório de tensões historicamente acirradas de projetos educacionais divergentes, é marcante a aderência da política da educação ao projeto hegemônico burguês, conforme afirmam Marx e Engels (2009):

As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é tem o poder *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios para a produção material dispõe assim, ao mesmo tempo, dos meios para a produção espiritual, pelo que lhe estão assim, ao mesmo tempo, submetidas em média as ideias daqueles a quem faltam os meios para a produção espiritual. As ideias dominantes não são mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, das relações que precisamente tornam dominante uma classe, portanto as ideias do seu domínio (MARX; ENGELS, 2009, p. 67).

É nesse contexto que a autora traz uma densa análise sobre a captura da educação pelo capital, considerando o seu “imenso potencial de otimização da produtividade e do lucro, sua capacidade de potencializar avanços tecnológicos, bem como suas possibilidades de formar nichos produtivos importantes para o capital e para a ordem vigente” (LESSA, 2013, p. 108). Ressalta também a relação que tem sido marca registrada dos discursos, principalmente dos

² Por demanda institucional entende-se “a requisição de resultados esperados dentro dos objetivos institucionais e colado ao esperado pela instituição do profissional, logicamente em consonância com o perfil ideológico da organização” (PONTES, 1997, p. 167). E como demanda profissional “estabelece-se que é a legítima demanda advinda das necessidades sociais dos segmentos demandatários dos serviços sociais. A demanda profissional incorpora a demanda institucional, mas não se restringe a esta, podendo e devendo ultrapassá-la. A construção da demanda profissional impõe ao profissional a recuperação das mediações ontológicas e intelectivas que dão sentido histórico à particularidade do Serviço Social numa dada totalidade relativa” (PONTES, 1997, p. 174).

organismos multilaterais, em especial do Banco Mundial, de considerar a educação como um fator determinante frente ao crescente processo de mundialização da pobreza.

Nesse sentido, o artigo perpassa por uma criteriosa análise da ampliação da educação pública divorciada da qualidade do ensino, socialmente referendada, destacando a precarização da escola em todos os quesitos: formação, desvalorização e até desprofissionalização dos educadores; infraestrutura física; aprendizagens dissociadas de fundamentação científica; a questão da privatização e mercantilização da educação presente em todos os níveis e modalidades de ensino, entre outros fatores.

O trabalho se fundamenta em estudos da educação pública, destacando entre eles Saviani (2000), que problematiza a base legal da política educacional, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), legislação maior da política educacional e que é considerada minimalista e subfinanciada, deixando várias lacunas estrategicamente utilizadas pela iniciativa privada, cuja intenção foi/é a de transformar a educação em um “negócio” altamente lucrativo. A autora argumenta:

Entendemos que a abordagem da pobreza associada aos processos educacionais ficará mais evidenciada tanto mais a escola pública se torne um local para o qual os mais fragilizados econômica e socialmente acorrem. [...] quanto mais necessidade de conformar a força de trabalho para a lógica produtiva vigente, maior o destaque receberá a educação. A escola, portanto, como uma instituição classista, de grande visibilidade social, palco de conflitos de classe e espaço em que a chamada questão social, em suas múltiplas faces, se manifesta, não atuara no combate à desigualdade, mas sim na atenção a pobreza e conformação dos pobres (LESSA, 2013, p. 118).

Nesse contexto, a escola, assoberbada de tarefas e sem suporte suficiente, improvisa respostas às diversas expressões da questão social e a seu principal papel reflexivo e socializador do conhecimento produzido historicamente pela sociedade com potencial para construção de uma consciência crítica da realidade social, acaba se sucumbindo a um precário modelo de ensino, acabando por produzir analfabetos funcionais e pior ainda, sujeitos praticamente a-críticos, portanto permeáveis à assimilação da ideologia dominante.

Essas e outras reflexões significativas são apresentadas pela autora num texto realmente essencial para aqueles que se interessam em compreender a atual configuração da política de educação, as requisições que têm sido postas para o Serviço Social, principalmente nas últimas décadas, e os desafios para os profissionais que estão inseridos nessas unidades educacionais ou articuladas a ela, dentre eles o assistente social. O texto provoca o repensar sobre o Serviço Social no âmbito da política de educação e somente descrevendo o pensamento de Lessa (2013), com o qual comungamos, é possível traduzir a profundidade que é tratada a temática desenvolvida nessas páginas, ou seja: “é sobre este quadro contraditório, conflituoso, é sobre

este fio de navalha que construímos nossa ação profissional (assistentes sociais), sendo também este o espaço em que a educação se constrói" (LESSA, 2013, p. 125).

O quarto texto envereda por um resgate sócio-histórico do Serviço Social, traçando um paralelo com a configuração da política de educação pública desde os seus primórdios até à formatação atual, indicando as contradições que perfilam tanto a história da política educacional brasileiro quanto do Serviço Social. Reporta-se frequentemente à importante pesquisa sobre a interface do Serviço Social com a educação, ou seja, à tese de doutoramento defendida pela autora na PUC/SP em 2004.

Considerações finais

Analisando o conteúdo destes artigos, que contemplam diferentes experiências do Serviço Social com a área da educação, em diferentes períodos e refletindo teoricamente sobre estes temas, consideramos primordiais as ponderações feitas por Almeida (2020), em que constatou que as atividades desenvolvidas pelo Serviço Social pode agrupar-se em focos centrais, corroborando com a descrição elaborada no documento *Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na política de Educação* (CFESS, 2011), sendo que as ações e atividades convergem para a garantia de:

- Acesso da população à educação escolarizada;
- Permanência da população nas instituições escolares;
- Qualidade dos serviços prestados no sistema educacional;
- Gestão democrática e participativa da população no campo educacional.

Considerando que a educação possui um papel estratégico do ponto de vista econômico, cultural e social, fortalece a necessidade de contar com profissionais de outras especialidades que possam contribuir para que a mesma consiga desempenhar a sua função social, formativa e educativa, porém coerente com a concepção crítica e emancipatória de educação.

Cabe ressaltar que existe por parte dos educadores a preocupação de sobreposição de funções entre eles e assistentes sociais em relação à dimensão educativa, porém é imperativo esclarecer que o contexto social que traz a complexificação da questão social, bem como a necessidade de um redimensionamento do espaço educacional permeado por novas demandas e requisições inerentes ao próprio processo produtivo como social, exige das instituições educacionais um redimensionamento das suas relações inter e extra institucionais.

Referências bibliográficas

- ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 1996.
- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de Almeida. Serviço Social e política educacional: um breve balanço dos avanços e desafios dessa relação. Disponível em <https://www.cress-mg.org.br/arquivos/Servi%C3%A7o-Social-e-pol%C3%ADtica-educacional-Um-breve-balan%C3%A7o-dos-avan%C3%A7os-e-desafios-desta-rela%C3%A7%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em jan/2020.
- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de Almeida, RODRIGUES, Maria Cristina Paulo. O campo da educação na formação profissional do Serviço Social. In: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de Almeida. **Serviço Social e educação**. Rio de Janeiro. Lumen Juris, 2012 (Coleção Nova de Serviço Social)
- CFESS. **Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação**. Brasília: CFESS, 2011.
- CFESS. **Subsídios para a atuação do assistente social na Educação**. Brasília: CFESS, 2013.
- BRASIL. **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.
- CAMARDELO, Ana Maria. Estado, Educação e Serviço Social: relações e mediações no cotidiano. **Revista Quadrimestral de Serviço Social**, São Paulo, v. 15, n. 46, 1994.
- EDITORIAL. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 01, 1979.
- FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira, BARBOSA, Mayra de Queiroz. **Panorama da inserção do/da assistente social na política de educação**. Salvador, EDUFBA, 2019.
- LESSA, S. E. C. A educação contemporânea, o combate à pobreza e as demandas para o trabalho do assistente social: contribuições para este debate. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 113, 2013.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- SILVA E SILVA, Maria Ozanira da. Contribuições da Revista para a Construção do Serviço Social Brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 61, 1999.
- SILVA E SILVA, Maria Ozanira da. Trinta anos da revista *Serviço Social & Sociedade*: contribuições para a construção e o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 100, 2009.
- YAZBEK, Maria Carmelita [et al]. Estado e Políticas Sociais: uma aproximação conceitual. In: MDS; IEE-PUC/SP. **SUAS**: configurando os eixos de mudança. Brasília: MDS, 2008. (v. 01).